

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BESSA, Carlos Barbosa; NEWLANDS, Paulo Eugênio; RIBEIRO, Paulo Gomes. *Paulo Eugênio Newlands, Paulo Gomes Ribeiro E Carlos Barbosa Sessa (depoimento, 1996)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS, 1997. 23 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**PAULO EUGÊNIO NEWLANDS, PAULO  
GOMES RIBEIRO E CARLOS BARBOSA  
SESSA  
(depoimento, 1996)**

### *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Maria Antonieta Parahyba Leopoldi; Teresa Cristina Novaes Marques

levantamento de dados: Teresa Cristina Novaes Marques

pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

sumário: Teresa Cristina Novaes Marques

conferência da transcrição: Teresa Cristina Novaes Marques

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 16/05/1996

duração: 1h 30min

fitas cassete: 02

páginas: 23

Entrevista realizada no contexto do projeto "A Atividade de Seguros no Brasil", desenvolvido entre 1996 e 1998, na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e a Funenseg. O projeto resultou no livro "Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil".

A sessão gravada foi precedida de uma entrevista preliminar com os srs. Paulo Ribeiro e Carlos Bessa, em 10 de maio de 1996, e desenvolveu-se com a presença de três depoentes que sucessivamente manifestaram suas opiniões sobre os temas do roteiro. A transcrição foi revista pelos entrevistados, tendo sofrido algumas alterações em relação à gravação original.

A pedido de Paulo Eugênio Newlands, foi anexado ao final do depoimento o texto "A evolução do Mercado Brasileiro de Seguros", de Luís Fernando Newlands.

temas: Carlos Barbosa Bessa, Companhias de Seguro, Paulo Eugênio Newlands, Paulo Gomes Ribeiro, Seguros

## *Sumário*

A natureza da atividade do corretor de seguros; a história da Companhia Ajax - Corretora de Seguros; o desempenho de Celso da Rocha Miranda, o fornecimento de serviços à Companhia Docas de Santos, à Companhia Siderúrgica Nacional e ao Banco do Brasil; a compra da Companhia Internacional de Seguros; os anos 50 e o governo Juscellino Kubitschek; a posição das companhias seguradoras estrangeiras; a compra da Celma e da Panair do Brasil; panorama atual do mercado de seguros e o papel do IRB e da Susep.

*Entrevista: 16.5.1996*

A. L. - Entrevista realizada no dia 16 de maio de 1996, na sede da Funenseg, com o sr. Paulo Newlands sobre a Companhia Ajax – Corretora de Seguros. Estão presentes também os srs. Paulo Ribeiro e Carlos Bessa. A pergunta é para o sr. P. N. - o que é a tarefa de um corretor e a tarefa de uma companhia corretora de seguros?

P. N. - O corretor de seguros pode ter duas definições: ou ser independente, ou ser de uma firma. Mas o trabalho do corretor é essencialmente a prestação de serviço ao cliente. Em essência, é a atenção ao cliente, levando-o posteriormente – depois de acertadas e ajustadas as condições do contrato – à seguradora, que é indicada pelo segurado para efeito de emissão do contrato de seguro na forma prevista no Código Civil brasileiro.

A. L. - E a companhia corretora?

P. N. - A companhia corretora é a mesma coisa que o corretor. Acontece que a companhia corretora tem uma amplitude maior de prestação de serviço e maior capacidade de atender ao cliente, porque há formação de especialistas em cada ramo ou cada tipo de seguro. Evidentemente, quando a corretora é de grande porte, ela não se limita ao território brasileiro, vai procurar informações fora do Brasil, principalmente na Inglaterra.

A. L. - Que é o principal mercado de seguros e, historicamente, também um dos mais importantes. Agora, o corretor pode ser um corretor independente e pode ser um corretor ligado a uma firma?

P. N. - Normalmente, as firmas de corretagem não aceitam a adesão de corretores independentes; elas têm uma formação profissional própria, como foi o caso da Ajax. A Ajax formou os seus funcionários e os seus especialistas para que pudessem prestar serviços aos clientes. Isso levava também à atenção às seguradoras, com as quais mantínhamos uma relação muito comum e muito estreita para efeito da prestação dos serviços apresentados.

A. L. - Podemos passar para os senhores agora?

P. R. - O corretor de seguro pode ser pessoa física ou pessoa jurídica. A corretora pessoa jurídica, de acordo com a lei que regula a profissão, seja ela sociedade limitada ou sociedade anônima, tem que ter um ou mais de um corretor responsável, registrado, com título de habilitação e com carteira para exercer a atividade.

Muito bem. Qual a diferença entre o corretor pessoa física e pessoa jurídica? Eu diria que o corretor pessoa física, um dia, vai ser uma corretora pessoa jurídica, porque ele aos poucos vai fazendo negócios, vai crescendo, e vai precisar de uma sala, de uma secretária, de um fax, um auxiliar, um mensageiro etc. Dali a pouco essa pessoa física se transforma em pessoa jurídica. Eu não creio que nenhuma corretora de seguros empresa se formou corretora empresa. Ela começou com a atividade de um corretor pessoa física. Por exemplo, o corretor tinha um seguro de 100 automóveis; de repente, pega uma grande indústria, tem que se organizar, tem que ter um escritório preparado para isso. Nesse escritório, certamente, ele vai ter um contador, um advogado especialista em

seguro para ajudá-lo a atender casos de interesse do seu segurado em relação à seguradora, vai ter que ter um engenheiro para fazer inspeção de risco, geralmente um engenheiro civil – pode ser até um engenheiro químico, se tiver uma indústria química como cliente, como aconteceu com o Paulo Newlands na corretora que ele fez depois da Ajax.

Então, uma empresa de corretagem, formada por um corretor de seguros responsável, certamente um dia foi um pequeno corretor que chegou a ser uma empresa. É a atividade, a incumbência, a atribuição, tanto de um quanto de outro, salvo algumas exceções – temos profissionais de qualquer qualidade –, deve ser, em primeiro lugar, diagnosticar; avaliar e determinar os riscos a que o cliente está sujeito, seja cliente pessoa física ou pessoa jurídica.

A. L. - A partir daí, ele faz um plano...

P. R. - A partir daí, ele analisa o seu risco e recomenda a esse segurado o remédio adequado para cobrir esse risco, que seria o seguro. Prepara um relatório, com a indicação dos riscos a que a empresa está sujeita, e o leva à companhia de seguros.

Bem, um corretor pessoa física, o que faz? Deve fazer a mesma coisa. Só que não teria, em geral, condições de fazer uma análise do risco. Quando precisa de uma análise de risco de uma grande indústria, ele vai buscar o auxílio de uma seguradora, e com ela fica comprometido a colocar o negócio lá. Na verdade, a principal atribuição, tanto de um, pessoa física, como de outro, pessoa jurídica, é prestar serviço ao segurado, ao consumidor de seguro, ao cliente.

O que faz a companhia de seguro, diferentemente do corretor? A companhia de seguro analisa o risco que o corretor leva a ela, aceita ou não, e, se assume esse risco, evidentemente, vai pagar o sinistro, quando houver. É mais ou menos isso, de uma forma singela.

A. L. - Agora, a definição pelo sr. Carlos Bessa.

C. B. - Eu concordo com tudo o que foi dito aqui, quero fazer apenas algumas observações adicionais. A primeira seria sobre a diferença entre o corretor independente, ou melhor, individual – porque todos os corretores seriam independentes –, e o corretor de seguros que seria não uma pessoa, mas uma firma coletiva. Há uma definição legal de que deve haver um corretor profissional como responsável na corretora de seguros. Mas um estudo mais aprofundado da lei leva a uma outra conclusão: na verdade, legalmente, todos os integrantes de uma sociedade corretora de seguros deveriam ser corretores de seguros habilitados. Então não haveria sócio de corretora – não é essa a prática atual, mas esta última, na minha opinião, também está um pouco aquém do que a lei exige. Todos os sócios de uma corretora de seguros seriam corretores de seguros habilitados na Susep.

Mas isso não vem ao caso. O que importa é o seguinte: a função, tanto de um quanto de outro, como já disseram, é a mesma função. Naturalmente, a capacidade de exercitar essa função, mais variada ou menos variada, vai depender de uma corretora de seguros organizada, integrada por vários corretores de seguros, e que estará mais capacitada a prestar uma gama de serviços mais diversificada do que uma pessoa sozinha que não seja onisciente. Fora isso, não há diferença fundamental, porque os dois têm a mesma função: prestar ao cliente, ao usuário de seguro, ao necessitado de seguros, que é toda a sociedade, qualquer pessoa, uma assistência inicial e contínua.

A primeira seria isso que já se falou, analisar quais são os riscos a que a pessoa está sujeita. A segunda seria, à vista dessa análise feita, programar os seguros, naturalmente de acordo com as circunstâncias e até com uma escala de prioridades. Depois disso, então, discutir com o cliente as formas de fazer, os custos que se podem obter, as alternativas satisfatórias que se encontram no mercado, e, de acordo com o cliente, escolher o segurador que irá assumir esse risco. E então, ele mesmo vai fazer esse trabalho de contactar a seguradora e, na seguradora, fazer o pedido de seguros que seria a interpretação do seguro necessário, feita pelo corretor, uma vez que ele fez uma análise. A empresa, naturalmente, pode conferir essa avaliação, mas dificilmente irá mudá-la, porque o corretor não concordaria, além de que o segurado teria também que ser consultado. Esse é um aspecto que me parece essencial.

Foram feitas aqui algumas referências que dizem respeito a um artigo, podemos chamar assim, que escrevi há muito tempo, no qual procurei dizer claramente, para os leigos, o que cada agente no mercado de seguros tem para fazer, ou qual é a função dele diante do usuário de seguros, a função do corretor, a função do segurador etc. E, para isso – já foi feita uma referência ligeira a certas expressões –, eu fiz uma comparação que foi muito feliz, num daqueles lampejos que o sujeito tem um dia, entre o sistema normal de proteção do seguro e o sistema normal de proteção à saúde das pessoas, que também se constitui de alguns elementos que estão atuando: existem médicos, existem farmácias, existem laboratórios, existem conselhos de medicina, enfim, uma série de coisas. No seguro acontece exatamente o mesmo: existem vários agentes – o corretor de seguros, a seguradora, o Conselho Nacional de Seguros, a Susep –, cada qual com uma função, todos voltados para o usuário de seguros.

Para tornar mais clara a distinção entre esses agentes, principalmente entre seguradores e corretores, eu cunhei naquela ocasião a imagem relativa ao sistema de saúde, dizendo: da mesma maneira que quando alguém fica doente, o segurado está sujeito ao risco de incêndio, ou a qualquer tipo de risco. Ele é pessoa que está sujeita a um risco. O risco pode ser doença, ou pode ser outra coisa. Na doença, o que o sujeito vai fazer? Vai procurar um médico. Ou então, se acha que pode adquirir a doença, vai procurar um médico para diagnosticar o que ele está tendo, recomendar o que ele tem que tomar, e daí ele vai à farmácia comprar o remédio. E tem o laboratório que está sempre produzindo remédios melhores, essa coisa toda. Então, dificilmente se compreenderia, ou seria racional, que a pessoa que está com uma dor qualquer fosse diretamente a uma farmácia comprar o remédio. Existe sempre o risco de não saber o que se tem e que remédio se deve tomar.

Da mesma maneira, no sistema de seguros, as coisas são racionais! Por isso, o usuário de seguros, aquele que necessita cobrir o risco a que se sente sujeito, seja de incêndio, seja o risco do seu veículo, seja o que for, precisa consultar alguém que faça para ele o que faz o médico: diagnostique a intensidade do risco que ele pode sofrer, prescrever que remédios usar, onde encontrar os remédios, como faz o médico – essa é a função do corretor de seguros. A diferença é só a seguinte: em vez de o segurado, que seria o doente, ir à farmácia comprar, o corretor de seguros, ele mesmo, vai adquirir isso para o cliente. Ele passa a ser o seu representante comprador de seguro. Essa é uma diferença que pode parecer sutil, mas que é essencial para a compreensão. Sempre se encara o corretor de seguros como um vendedor de seguros. Na verdade, ele é verdadeiramente um comprador de seguros. E a seguradora, afinal de contas, seria a farmácia ou o laboratório que tem os remédios à disposição, e que vai fornecê-los. É o vendedor de seguros efetivo. Para mim, isso sintetiza a questão.

P. R. - Vou aproveitar a fala do Bessa para fazer um resumo do que ele disse. Eu diria o seguinte: o Ministério da Saúde seria o Conselho Nacional de Seguros Privados; a Susep seria o Conselho Federal de Medicina; o corretor de seguros seria o médico; o segurado seria o doente; a doença seria o risco; a seguradora seria a farmácia; e o remédio seria a apólice.

A. L. - Bem didático! Feita essa introdução, acho que temos condição de passar à história da Ajax – Corretora de Seguros. Para entender a origem da Ajax, é preciso entender um pouco do que estava acontecendo no mercado de seguros com o Estado Novo e com a iminência da guerra. O senhor mencionou que houve um problema com as companhias italianas e alemãs em relação à guerra. E foi em função desse conflito no mercado de seguros que a Ajax surgiu – esse foi um dos elementos formadores da Ajax. Poderia contar essa história?

P. N. - O Celso da Rocha Miranda trabalhava na Generali, na área de seguros de vida. Quando houve esse problema de 1937, no Estado Novo, e o princípio da guerra, o Celso montou um escritório inicial de corretagem na rua da Quitanda. E os negócios evoluíram quando ele teve o primeiro contato com o dr. Guilherme Guinle, que era presidente da Docas de Santos. Isso permitiu que ele apresentasse um trabalho sobre os seguros da Docas. O trabalho foi aprovado, e o dr. Guilherme Guinle indicou o dr. Carlos Guinle para tratar do assunto. O dr. Carlos concordou com o trabalho do Celso, então a Ajax foi montada em 1940. Se não me falha a memória, na rua da Assembléia, nº 104, segundo andar.

A. L. - Qual o parentesco do Carlos Rocha Guinle com o Guilherme Guinle?

P. N. - O Carlos Rocha Guinle era irmão do dr. Guilherme, que era mais velho. O filho do dr. Carlos Guinle, também chamado Carlos, foi quem entrou de sócio com o Celso na Ajax – Corretora de Seguros. A primeira parceria foi feita dessa maneira.

Quando começou o problema da guerra, em que nós tivemos dificuldades de colocação de excedentes do mercado externo, de colocação de seguros feitos no exterior, o dr. Celso conseguiu, através do dr. Murray, uma ligação direta com o Lloyd's de Londres. E foi encaminhada ao dr. Celso a apresentação de uma corretora de nome A.W. Benson's. Como consequência disso, o Celso teve mais um sócio, que se chamava Percy Charles Murray. Daí em diante, houve uma outra posição. Houve uma proposta apresentada na época, talvez em 1941 ou 1942, à Companhia Siderúrgica Nacional, feita pelo mercado segurador, e a diretoria da Siderúrgica não aceitou a proposta. O dr. Guilherme, que era presidente da CSN, recomendou que fosse ouvida a Ajax. O dr. Celso, então, reuniu a equipe e foi para Volta Redonda, quando então fizemos um levantamento da Companhia Siderúrgica Nacional e apresentamos um trabalho que foi aprovado. Ainda na terraplanagem, bem no início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, e foi aprovado!

A. L. - Ou seja, a Ajax aparece ligada à Companhia Docas e depois à usina de Volta Redonda, como clientes dela. E também ligada ao grupo Guinle.

P. N. - Ao grupo Guinle, não. Não tinha ligação nenhuma, salvo como cliente da Docas.

A. L. - Tinha como cliente o grupo Guinle, e também o Guinle na presidência da CSN.

P. N. - A ligação do Carlos Guinle com a Ajax foi uma conversa de amizade entre o Celso e o pai dele. E o rapaz, que estava sem trabalho, foi trabalhar como diretor da companhia, ficando conosco durante anos. Da mesma forma, o Percy Murray, por muitos anos. A família Murray foi quem nos encaminhou para o mercado internacional no Lloyd's de Londres, através da A. W. Benson's, quando começamos a trabalhar, inclusive na época da guerra.

Como a expansão foi muito grande, tivemos também a oportunidade de apresentar um trabalho à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a Creai,<sup>1</sup> sobre os contratos de empréstimos feitos à indústrias e as obrigações de garantia que elas deveriam apresentar em forma de seguros. Depois disso, através da própria Carteira de Crédito Agrícola, veio a indicação para que fizéssemos trabalhos na Carteira de Crédito Geral. Foi necessário fazer uma grande expansão da empresa no mercado brasileiro.

A. L. - Durante a guerra?

P. N. - Sim, durante a guerra. Criamos sucursais no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Rio Grande do Sul e Bahia, e um escritório especial dentro de Volta Redonda.

A. L. - Nós já havíamos tomado conhecimento disso, mas não entendemos bem. Agora sabemos que foi por causa da siderúrgica. Era dentro da usina?

P. N. - Sim, por causa da siderúrgica. Foi montado um escritório dentro da usina, junto ao escritório da usina, porque as informações de que precisávamos, normalmente, eram conseguidas com a equipe de montagem. Então, nós trabalhávamos, para efeito de análise de risco, com dois fatores: o cronograma físico e o cronograma financeiro. O cronograma físico nos fornecia todos os elementos de construção das unidades e todos os equipamentos que seriam montados. Fazíamos ali uma análise de risco, que chamávamos de DMP – “dano máximo provável”. A razão de trabalharmos assim era porque entrávamos em um processo que chamávamos de compensação de risco, que é a análise de risco e aquilo que deve ser feito em termos de garantia contratual, visando manter a empresa em condições operacionais normais.

A. L. - Até quando a Ajax ficou operando junto à Siderúrgica Nacional?

P. N. - Até o advento da revolução militar.

A. L. - O senhor poderia falar um pouco mais sobre por que ela deixou de servir à CSN?

P. N. - Porque houve uma posição de governo de que o dr. Celso teria influência política, por ter sido amigo de Juscelino Kubistchek. Mas nada tinha a ver uma coisa com outra. Absolutamente nada! Apenas uma amizade normal, sem qualquer tipo de influência. Para se ter uma idéia de como isso ocorreu, foram criadas comissões permanentes de inquérito, uma da Siderúrgica, outra do Lloyd Brasileiro.

P. R. - E uma do IRB também.

P. N. - Eu fui chamado para depor tanto na comissão de inquérito da Companhia Siderúrgica Nacional quanto na do Lloyd Brasileiro. E ficou claramente exposto ao

---

<sup>1</sup> Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada por determinação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, em 14 de novembro de 1936, iniciando operações em meados do ano seguinte.



oficial militar que presidia a comissão da Siderúrgica Nacional que não havia ligação da Ajax com qualquer setor político, nem em relação ao que ele me havia perguntado primeiro, que foi: “Que tipo de contrato de monopólio os senhores mantêm com a Companhia Siderúrgica Nacional?” Eu o respondi da seguinte maneira: “Se o senhor tiver um bilhete, um cartão, um memorando, uma carta ou um contrato que prove essa pergunta, eu vou lhe responder!” Ele suspendeu a sessão, chamou-me uma semana depois e pediu desculpas, porque havia feito uma pergunta que não devia ter feito. Não havia contrato! Era prestação de serviços pura e simples. Nós não podíamos errar! E não errávamos, porque tínhamos o apoio do cliente, e era o interesse do cliente que prevalecia sobre tudo o que fazíamos.

A. L. - Então a origem da Ajax está ligada a esse primeiro cliente, que seria a Docas de Santos, e, depois, à Companhia Siderúrgica Nacional, que vai ser uma grande cliente até o advento do regime militar, quando a Ajax é afastada da CSN. E qual é a trajetória da companhia com a guerra e ao final da guerra? O que acontece com a Ajax?

P. N. - A Ajax não teve problemas com a guerra.

A. L. - Ela já estava ligada à Inglaterra e aos Estados Unidos, não é?

P. N. - Já havia sido implantado um sistema de contato com os Estados Unidos e com a Inglaterra, e havia também contatos feitos na América do Sul, principalmente com a Argentina e com o Chile. Então não tivemos problemas com a guerra. A Ajax funcionou normalmente e cresceu normalmente, porque tinha condição e capacidade para crescer, em função da prestação de serviços que oferecia e pela maneira como agia no mercado.

A. L. - E já na década de 1940 era a maior empresa corretora de seguros no mercado brasileiro?

P. N. - Acredito que sim. Porque quando eu entrei para a Ajax, em 1943, encontrei uma estrutura muito bem formada. Fui trabalhar na área de colocação de excedentes de mercado no exterior, ficando cerca de dois ou três anos. Depois o Celso me liberou, e eu passei a ter ação direta de prestação de serviços na área do Banco do Brasil.

A. L. - Quando começa essa ligação com o Banco do Brasil? Com a criação da Creai?

P. N. - Quando foi criada a Creai.

A. L. - A partir daí ela tem como cliente o Banco do Brasil? O Banco do Brasil não tinha um setor para seguros?

P. N. - Não, não tinha um setor para seguros.

A. L. - Então, em todos os empréstimos feitos pela Creai, a Ajax orientava o seguro?

P. N. - Não havia qualquer exigência de que o seguro fosse feito pela Ajax. Jamais fizemos isso! Não tínhamos um contrato específico com o Banco do Brasil; o negócio era feito com o mercado segurador, com a escolha das seguradoras em função da sua capacidade de retenção. Nós fazíamos a parte administrativa, o que é na realidade a posição acertada do corretor.

A. L. - O senhor poderia falar um pouco sobre o Rocha Miranda? Ele vem de família de industriais? Quem é Celso da Rocha Miranda?

P. N. - Eu conheci o Celso em Petrópolis, quando era garoto, aos 15 ou 16 anos, por aí. A mãe dele era Guerra, da família Guerra.

[FINAL DA FITA 1-A]

P. N. - A família Guerra era muito importante, de grande projeção em Petrópolis. Eu cheguei a conhecer a mãe dele e os irmãos todos.

A. L. - E esse Rocha Miranda era industrial?

P. N. - Não estou certo, acho que sim. Ele tinha participação em negócios de construção civil e venda de imóveis. E tenho a impressão de que era formado em engenharia. Mas era um homem extraordinário também.

P. R. - O pai dele?

P. N. - Sim, o pai.

A. L. - Além de ter a Ajax – Corretora de Seguros, o Celso da Rocha Miranda comprou uma seguradora, a Companhia Internacional de Seguros. O senhor poderia falar um pouco dessa compra?

P. N. - A compra da Companhia Internacional foi consequência da posição de comando da Internacional ser de origem alemã. Quando houve o Estado Novo, em 1937, as companhias estrangeiras, especialmente italianas e alemãs, foram perseguidas aqui no mercado, e a Internacional entrou em regime de liquidação. Dessa forma, o Celso comprou a Companhia Internacional junto com o dr. Carlos Guinle, pai.

A. L. - Que era sócio dele na Ajax.

P. N. - Não, o filho que era sócio. O pai comprou a Companhia Internacional de Seguros para o filho, que é esse menino ainda hoje vivo, o Jorge Guinle Filho. Ele foi vice-presidente da Internacional.

A. L. - Quais foram os diretores da Internacional de Seguros, desde a criação companhia?

P. N. - O Ângelo Mário Cerne, o Celso da Rocha Miranda, como presidente, e o Jorge Guinle, como vice-presidente.

A. L. - E as empresas agiam separadamente?

P. N. - Separadamente. Não havia compromisso assumido entre a Ajax e a Internacional de que tudo o que fizéssemos seria colocado lá. Em absoluto, não fazíamos isso, porque

achávamos e entendíamos, pelo que fomos treinados pelo Celso, que a decisão, a escolha da seguradora é do cliente, e não do corretor.

*Teresa Marques:* Havia alguma ligação entre o Rocha Miranda e a Companhia Carioca Industrial do Raimundo Castro Maia?

P. N. - Ao que eu saiba, não.

A. L. - E em relação ao Banco do Brasil? Essa aproximação da Ajax com o Banco do Brasil se deve a alguma...?

P. N. - Foi consequência de um acidente em uma determinada empresa, quando o banco ficou em situação difícil perante a seguradora. Então, o Celso foi indicado – por quem, eu não sei. Ele foi ao banco, nós conseguimos fazer o processo de liquidação de sinistro, e o banco recebeu a indenização que lhe era devida. Como consequência, o banco resolveu manter uma cláusula especial nos contratos, pela qual a decisão do contrato de seguros seria feita pelo cliente dentro de determinado prazo. Se ele não cumprisse esse prazo, o banco faria o seguro mediante uma escolha entre seguradoras. Em cima da escolha de seguradoras era feito o seguro, e quem fazia a parte técnica e a parte administrativa era a Ajax, sem nenhum compromisso formal ou contrato formal.

A. L. - Como fazia com a Siderúrgica.

P. N. - Como fazia com a Siderúrgica.

A. L. - O senhor mencionou que o final da guerra não afetou a Ajax; a empresa já tinha relações consolidadas com a Inglaterra, com os Estados Unidos, com outros países da América Latina. Mas eu pergunto: a queda de Getúlio Vargas, que também se dá em 1945, antes de acabar a guerra, afetou a Ajax?

P. N. - Não! Em absoluto! O marechal Dutra sequer assumiu qualquer posição que pudesse dar uma má influência sobre a Ajax. Não houve nada disso.

A. L. - Tampouco prejudicou?

P. N. - Nem prejudicou!

A. L. - Ou seja, o único momento em que a política prejudicou a Ajax foi 1964?

P. N. - Exato. Porque havia uma interpretação de que a Ajax tinha crescido e evoluído em função de política, o que não era verdade.

A. L. - Vamos ver um pouco como estava o mercado de corretoras de seguros na década de 40. Que outras corretoras eram importantes, além da Ajax?

P. N. - Normalmente eram corretoras estrangeiras.

A. L. - O senhor pode citar algumas?

P. N. - A Johnson's & Higgins, por exemplo, que é americana; a Marsh McLennan, que na época nós representávamos no Brasil, e que agora se fundiu com a Tudor. Depois houve um problema entre a nossa posição e a posição da Marsh McLennan nos Estados

Unidos. O que houve? A Johnson's & Higgins montou um escritório no Brasil, enquanto a Marsh McLennan era representada pela Ajax. Então houve uma posição da Marsh McLennan com relação ao Celso e, pelo que sei, não posso afirmar com absoluta precisão, o Celso abriu mão de ser representante da Marsh McLennan no Brasil, para que ela pudesse vir para cá disputar com a Johnson's & Higgins normalmente. Então ela veio e comprou uma corretora brasileira chamada Tudor, passando o seu nome a ser Tudor-Marsh McLennan.

As outras empresas de corretagem estrangeiras que havia eram de porte pequeno e não chegavam a disputar conosco.

A. L. - A Ajax era realmente a mais importante, não? E no mercado de companhias seguradoras com as quais a Ajax trabalhava, quais eram as principais companhias?

P. N. - A Ajax normalmente não indicava ao cliente a seguradora, porque entendíamos que isso era uma decisão do cliente. Nós apenas mostrávamos ao cliente a posição de mercado. E o que era a posição de mercado? Era a relação das seguradoras em função das suas capacidades de retenção. Dávamos uma lista das dez maiores companhias seguradoras do mercado, o cliente escolhia a companhia, e nós levávamos para ela o projeto que havíamos discutido com o cliente. E aquilo deveria ser a apólice a ser emitida.

A. L. - E quais eram essas dez companhias?

P. N. - Antes vou explicar melhor o que é retenção. Retenção é o limite, o teto, o valor que a companhia retém sozinha, que pode aceitar independentemente de ser feita qualquer colocação extra, ou em co-seguro – em parceria com outras companhias –, ou em resseguro com o próprio IRB.

A. L. - Então, quando tem retenção, tem resseguro também, ou não?

P. R. - A retenção da seguradora é aquilo que ela, ao aceitar o seguro, tem capacidade econômica para assumir desse risco. O que excede essa retenção, ela tem que jogar para algum lugar.

P. N. - Para a cos-seguradora ou a resseguradora. Depois eu vou fazer um esquema de como funciona o mercado.

Então, o que acontecia? Nós dávamos às dez maiores, evidentemente, porque queríamos ter na mão um valor alto por sinistros de pequeno porte, no qual não haveria interferência de ninguém – era ligação direta entre segurado e segurador. Então faríamos a liquidação independente de qualquer coisa. Se houvesse resseguro, quer dizer, excedente da capacidade retentiva, e a seguradora fosse obrigada a colocar, era o IRB que passaria a decidir se a seguradora iria liquidar o sinistro, ou se o próprio IRB iria intervir e liquidar, por causa da sua parcela maior na operação.

A. L. - Então o senhor poderia falar quais eram essas dez maiores companhias seguradoras a quem a Ajax recorria?

P. N. - A Sul América, a Internacional, que estava na época na mão dos alemães, a Atlântica, a Boa Vista, a Aliança da Bahia, a Seguros da Bahia, a Seguradora Brasileira, que depois passou a ser Itaú Seguradora, a Minas Brasil... Eu estou citando oito, mas havia outras seguradoras que poderiam entrar dentro do limite.

P. N. - E havia as estrangeiras, a Home Insurance e as duas italianas, a Generali e a Adriática.

A. L. - Em termos de poder econômico, as estrangeiras tinham mais recursos que as nacionais, ou vice-versa?

P. N. - Não, porque, no sistema brasileiro, a medição da capacidade retentiva era feita em função do aproveitamento do mercado local. Então, não importava se ela fosse um monstro de seguradora no exterior – na Itália, nos Estados Unidos, ou na Inglaterra – e no Brasil tivesse uma retenção menor: ela ficava restrita ao valor fixado em função do seu aproveitamento do mercado brasileiro.

A. L. - Vamos passar para a década de 50. Em 1951, a Ajax se torna uma sociedade anônima. O senhor se recorda se houve alguma repercussão na estrutura da empresa?

P. N. - Posição normal. A mudança foi de limitada para sociedade anônima. O que houve, na realidade, foi uma posição do Celso de criar uma sociedade anônima, porque para ele e para os outros sócios interessava que assim fosse. Então a decisão foi tomada de comum acordo entre os sócios.

A. L. - A década de 50 tem dois grandes períodos políticos: o período Vargas e o período JK. O senhor já mencionou que a Ajax sofre acusações, no final da década e, principalmente, em 1964, de aproximação com JK. Poderia então falar um pouco da década de 50, a começar pela Ajax no período Vargas?

P. N. - Na década de 50, a Ajax teve um processo normal de crescimento. Continuou crescendo normalmente, da mesma forma que vinha fazendo desde 1940. Não houve qualquer influência política, quer seja de Getúlio Vargas, quer seja de Juscelino Kubistchek. Dr. Celso não misturava, em absoluto, o trabalho com política. Ele jamais se envolveu com a política, apesar de ser amigo pessoal de Juscelino Kubistchek.

A. L. - Essa é uma década de grande crescimento e desenvolvimento econômico. A Ajax cresceu junto com o país?

P. N. - Muito! Porque a capacidade de trabalho da empresa era imensa. A implantação de indústrias no território brasileiro criou um sistema de análise de risco muito sério, e a Ajax estava preparada para isso. Por essa razão, ela cresceu.

A. L. - Então, ao longo da década de 50, a Ajax continuou como uma grande companhia corretora de seguros.

P. N. - *Ela foi uma grande corretora até o momento em que se levantou uma suspeita falsa de que o sr. Celso da Rocha Miranda estaria envolvido com o problema político.*

A. L. - Temos informação de que a Ajax – Corretora teve uma ligação com a Panair. O senhor poderia falar um pouco a esse respeito?

P. N. - A Ajax não teve ligação com a Panair. O Celso da Rocha Miranda é que comprou a Panair junto com o Simonsen, ao que me parece.

A. L. - Com o Euvaldo Lodi. O Lodi foi da primeira diretoria da Panair.

P. N. - Eu sei, mas ele foi com o Simonsen aos Estados Unidos. Houve uma transferência de responsabilidade operacional, porque a Panair era norte-americana, pertencia à Pan American. O Celso a transformou...

A. L. - Quando foi isso?

P. N. - Bem no final da década de 50, eu não sei exatamente a época.

A. L. - Deve ter sido no período Vargas.

P. N. - Não sei. A única coisa que posso adiantar é que o Celso, junto com o Simonsen, quis transformar a Pan American em Panair, que começou a operar normalmente no mercado brasileiro. Um dos homens chefes era o brigadeiro Pamplona, com quem tínhamos uma grande ligação.

A. L. - Qual a ligação do brigadeiro Pamplona com a...?

P. N. - De amizade pura e simples. Além do mercado normal, tínhamos a posição no mercado aeronáutico, com o seguro das empresas de aviação de grande porte no Brasil, a Cruzeiro do Sul, a Panair do Brasil e o Lloyd Aéreo Nacional. E na parte de navegação, principalmente o Lloyd Brasileiro. A nossa entrada no Lloyd Brasileiro foi consequência de um acidente ocorrido com um navio fora do Brasil e que estava financiado pelo mercado inglês, no qual existia um termo de garantia através de um contrato de seguro que o Lloyd Brasileiro desconhecia. Meu irmão, que estava em Londres, soube da história, foi procurar, conseguiu a cópia, trouxe a documentação, e a indenização foi paga ao Lloyd normalmente.

P. R. - Você esqueceu de dizer que, na área de navegação, tinha também o seguro da frota de navios da Siderúrgica Nacional.

P. N. - Também. Nós tínhamos o seguro da frota de navios da Siderúrgica Nacional. Uma frota de navios grande! Tínhamos também isso na área de navegação.

A. L. - E no setor industrial?

P. N. - Se eu fosse falar das nossas contas industriais, levaria um ano.

A. L. - Os setores principais, pelo menos.

P. N. - Principais setores: a Siderúrgica Nacional, Docas de Santos, a montagem do terminal de Tramandaí, da Petrobrás, a montagem do terminal de Ipanema, do Emissário Submarino de Ipanema.

A. L. - Saneamento!?

P. N. - Sim, saneamento. Fizemos consultas muito grandes, e uma das principais, uma das que eu contei ao Paulo ainda há pouco, foi a da Hidro Elétrica do São Francisco. Era um seguro de acidente de trabalho, em que houve uma consulta ao Celso, e ele encaminhou um representante da Ajax para examinar o programa no local. Eu fui indicado e, ao chegar em Paulo Afonso, encontrei, realmente, coisas que precisavam ser modificadas. Quando voltei, fiz sugestões que foram aprovadas.

A. L. - E quanto àquelas outras usinas hidrelétricas que estavam sendo feitas, a Cemig, por exemplo?

P. N. - Não, não.

A. L. - O senhor mencionou a Companhia Siderúrgica Nacional e o Banco do Brasil, a parte de crédito industrial. E outras estatais? A Ajax foi corretora de outras empresas estatais?

P. N. - Que eu saiba, não.

A. L. - E teve alguma atuação na agricultura?

P. N. - Não. Tivemos apenas a cobertura de um depósito de algodão de grande porte, no Paraná, que tinha pegado fogo, financiado inclusive pela agência de Curitiba do Banco do Brasil. Nós fomos lá para acertar e ajustar isso.

A. L. - No setor de café, alguma...?

P. N. - Não, não. Depósitos, não. Os depósitos de café do governo, não.

A. L. - E exportação, comércio exterior?

P. N. - Exportação? Fizemos durante a guerra, principalmente de tecidos, para a África do Sul.

A. L. - Não houve nenhuma ligação da Ajax com a Cacex?

P. N. - Não, não.

A. L. - A Ajax não entrou em comércio exterior nos anos 50, nos anos 60?

P. N. - Não. Só fizemos comércio exterior durante a guerra. E procurávamos a Cacex apenas porque, naquela época, para se colocar lá fora, era necessário fazer um termo de responsabilidade e averbar isso na Cacex. Então fazíamos isso. Quem me atendia era um homem chamado Athos de Paiva Matos, que depois foi para a Carteira Agrícola e a Carteira de Crédito Geral, onde tivemos contato durante muitos anos. Era um homem excepcional.

*Teresa Marques:* Eu queria perguntar o seguinte: à medida que o mercado foi crescendo, que as empresas também foram crescendo e aumentando o recebimento de prêmios, ou seja, aumentando as suas disponibilidades e se tornando fortes, qual era o direcionamento dos investimentos que as empresas seguradoras faziam? O que elas faziam com as disponibilidades? Adquiriam participação acionária em outras empresas, indústrias, mercados de imóveis? Como elas se garantiam para poder cumprir seus compromissos no futuro, a médio e longo prazos?

P. N. - A senhora está me fazendo uma pergunta sobre seguradora, e eu não posso lhe responder, porque seguradora é uma coisa e corretora é outra. Agora, posso lhe adiantar o seguinte: as disponibilidades que apareciam nos resultados financeiros eram controladas através do Banco Central.

P. R. - Havia normas de utilização de aplicação dessas reservas para garantir os riscos assumidos. Havia normas para isso, e ainda hoje existem.

P. N. - Sim, existem. Então, quando uma companhia entrava em processo de liquidação, a primeira coisa que se fazia era apurar os créditos existentes das reservas técnicas, para ver se poderiam cobrir os prejuízos causados. Estou certo, Bessa?

C. B. - Eu gostaria de falar alguma coisa sobre essa questão das reservas técnicas. Eu penso o seguinte: há uma legislação que obriga todas as companhias a fazerem reservas de suas obrigações contratuais, isto é, dos sinistros a liquidar, e ainda de todo o período a decorrer das apólices que estão em vigor. Para isso, elas têm que constituir reservas, e a aplicação dessas reservas é diretamente controlada pela Susep, de acordo com normas do Banco Central que restringem a liberdade das companhias seguradoras, direcionando-as: você vai aplicar até tanto em imóveis, até tanto em ações disso e ações daquilo. Exatamente para efetuar uma garantia efetiva dessas reservas.

P. R. - Mas, de qualquer maneira, é importante dizer o seguinte: existem normas para a utilização dessas reservas, para a aplicação dessas reservas. Quem vai falar melhor sobre isso, , certamente, será um segurador.

P. N. - Para explicar com absoluta clareza essa questão das reservas e sua aplicação em cima das normas previstas, deveria ser chamado um segurador.

A. L. - Vamos voltar à era JK. Além de um grande impulso em alguns setores, como as indústrias química e automobilística, a Ajax se vinculou à Petrobrás através de alguns terminais que estavam sendo construídos, não?

P. N. - Não. À Petrobrás, não.

A. L. - O senhor mencionou Tramandaí.

P. N. - Eu mencionei um único, que foi Tramandaí, e que veio através de uma seguradora italiana, uma vez que a montadora era italiana. Foi uma seguradora italiana que assumiu o risco, mas era necessário ter uma seguradora no Brasil que intermediasse. Então a Ajax foi procurada, e quem fez o trabalho de Tramandaí fui eu.

A. L. - E a construção de Brasília? Houve algum envolvimento da Ajax com a construção de Brasília?

P. N. - Não, em absoluto. Nós não tivemos qualquer participação em obra política. Em hipótese alguma!

C. B. - Não deve ter havido seguro em Brasília, porque as construções foram feitas a jato, e nem havia corretores de seguros lá. Ninguém fazia seguros de Brasília.

A. L. - Bom, até o final do governo JK as relações do Celso da Rocha Miranda com a política vão muito bem. A empresa segue o seu caminho...

P. N. - Afirmando categoricamente que jamais houve qualquer relação política nos negócios e progresso técnico da Ajax!



A. L. - Vamos dizer diferente: não houve interferência da política sobre a empresa, embora houvesse amizade do Rocha Miranda com o JK. Agora, 19em 61, Jânio Quadros elege-se presidente pela UDN, e a partir daí começa toda uma investida do governo em relação à Ajax, uma investida política.

P. N. - Houve, sim, uma interferência do governo Jânio Quadros. Para se ter uma idéia, ele acabou com a Panair do Brasil e acabou com o Lloyd Aéreo Brasileiro, entregando-o à Vasp. E a Panair foi fechada por interferência do governo.

A. L. - O Lloyd acabou?

P. N. - O Lloyd acabou.

A. L. - Ele se integrou à Vasp?

P. N. - Sim, que era do coronel Marcílio Gibson Jacques. E a Panair do Brasil foi fechada. O Celso havia feito, em Petrópolis, uma unidade da Panair do Brasil que se chamou Celma, era uma oficina especializada em revisão de turbinas. Quando houve a cassação das linhas operacionais da Panair, o que, evidentemente, significava fechá-la, a Celma foi absorvida pelo Ministério da Aeronáutica.

A. L. - Foi vendida?

P. N. - Não, foi privatizada. Houve uma interferência do Ministério da Aeronáutica.

A. L. - Mas comprou?

P. N. - Não, não! Apropriou-se.

A. L. - Há uma diferença muito grande!

P. N. - Certamente, uma diferença muito grande. Mas existe um processo na Justiça, que eu não sei dizer como está, em que o Celso ganhou.

A. L. - A briga era em torno da Panair, e não em torno da Ajax?

P. N. - Sim, a briga era em torno da Panair. Nada tinha a ver com a Ajax.

A. L. - Foi o envolvimento do Celso da Rocha Miranda com a Panair que levou a essa perseguição a ele. Mas a empresa foi afetada, porque ele era também o dono da empresa.

P. N. - Exatamente.

A. L. - Bom, houve o impacto do governo militar sobre a Panair. E que impacto a Ajax sofreu? Porque se a Panair foi atingida, a Ajax também foi atingida por tabela.

P. N. - Não. Uma coisa nada a ver com a outra.

A. L. - A Ajax não foi afetada?

P. N. - Não, eram completamente independentes. A Ajax só foi afetada com a posição do governo militar, que começou com o Castelo Branco, por interferência do brigadeiro

Eduardo Gomes, persistiu com o Costa e Silva, o Médici, o Geisel e o general Figueiredo.

A. L. - Então, de 1961 a 1964, a Ajax continuou normalmente as suas atividades?

P. N. - Continuou normalmente.

A. L. - Há alguma coisa de que o senhor se recorde dessa época pré-1964 sobre a história da Ajax?

P. N. - Não. A Ajax continuou normalmente até 1969, mais ou menos. Quando chegou em 1969, o Celso percebeu que a coisa estava caminhando de uma maneira diferente e que, evidentemente, a Ajax seria afetada. Então, comprou uma seguradora mineira e formou a Ajax – Companhia de Seguros, que é uma empresa completamente diferente. Eu já tinha saído da Ajax nessa época.

A. L. - E ele deixou a Ajax em 1969?

P. N. - Deixou-a antes de 1969 e ficou com a Internacional de Seguros. No ato da compra, até o final.

A. L. - Quem ficou com a Ajax?

P. N. - Quem ficou com a Ajax foi o Plácido da Rocha Miranda e o cunhado dele, o Roberto Rondon.

A. L. - Então a Ajax Corretora acabou em 1969?

P. N. - Em 1970 ou 1971, porque eu saí da Ajax em maio de 1969, quando recebi um convite do Firmino Whitaker, diretor da São Paulo. Deixei a Ajax e não me envolvi mais com os seus problemas, embora tivesse uma amizade plena com o Celso. Muito do que eu podia fazer, e depois fiz quando montei a minha empresa, foi com a Companhia Internacional, com o Celso da Rocha Miranda.

#### [FINAL DA FITA 1-B]

A. L. - Eu gostaria que o senhor fizesse uma súmula bem rápida da trajetória da Ajax no governo JK e depois, quando entrou o Jânio Quadros, e a relação que ele passou a ter com a Ajax em função da Panair.

P. N. - Não houve qualquer relação política. O que houve, em realidade, foi uma decisão intempestiva do Castelo Branco, por interferência do brigadeiro Eduardo Gomes: ele cassou as linhas da Panair, a empresa acabou, e houve uma intervenção nos bens da Panair por parte do Ministério da Aeronáutica. A Celma, que era uma empresa de revisão de turbinas com sede em Petrópolis, ficou sob administração e determinação do Ministério da Aeronáutica, até há pouco tempo.

A. L. - E no governo Jango, houve algum problema em relação à Companhia Ajax?

P. N. - Não. Nada aconteceu, porque o governo Jango inclusive foi muito curto, houve logo a intervenção militar. Foi quando começou o programa de perseguição ao Celso para exigir dele a informação de uma influência política, enquanto que, na verdade, não houve, em absoluto, qualquer tipo de influência política na vida da Ajax!

A. L. - Mas na medida em que a Ajax era a corretora de seguros de grandes empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica e o Banco do Brasil, obviamente poderia haver o interesse político do governo em se apropriar da corretagem, ou transferir para outras companhias essa função de corretagem de seguros.

P. N. - O direito de escolha do segurador ou do corretor é do segurado. Nós não tínhamos contrato firmado, de exclusividade, qualquer que fosse! A Ajax funcionava em função da sua capacidade técnica.

A. L. - Então o senhor acha que a perseguição à Ajax deveu-se à figura do Celso da Rocha Miranda?

P. N. - Exato, por uma interpretação totalmente errada de que ele teria crescido em função de influência política, o que não é verdade. Ele cresceu em função da sua capacidade de fazer as coisas.

A. L. - Durante esse período de crescimento da Ajax, de 1950 até 1964, qual foi o papel do grupo Guinle na empresa, uma vez que, pelo o que o senhor diz, quem conduzia a empresa era o Celso da Rocha Miranda?

P. N. - A minha carteira foi assinada pelo Carlos Guinle Filho, mas a influência da família Guinle na Ajax era apenas de uma parceria, nada mais. Tanto é verdade que o Celso trouxe para o Brasil a representação de uma fábrica inglesa de automóveis, a Morris, de parceria com o Carlos Guinle. Depois, o Celso cedeu a sua parte ao Carlos Guinle, e o Carlos saiu da Ajax, permanecendo apenas o Celso e o Murray.

A. L. - Quando foi isso?

P. N. - Não sei a data exata. Foi logo depois da guerra.

A. L. - Então vamos continuar com o ano de 1964.

P. N. - Em 1964 houve a interferência militar, porque pensavam que o Celso tinha crescido e estava na posição que havia alcançado por situações políticas. O que não é verdade, não houve isso. O Celso cresceu em função da sua capacidade de fazer as coisas que ele gostava de fazer, principalmente a corretagem de seguros.

P. R. - O Paulo Newlands, cujo nome completo, aliás, é Paulo Eugênio Newlands, e que durante muito tempo foi superintendente técnico da Ajax, sempre faz referência – e isso é uma forma elogiosa, é uma característica do seu caráter – de que o Celso da Rocha Miranda não exercia a atividade como corretor de seguros por influência política. Estou certo de que isso é verdade, porque ele era um homem extremamente competente, extremamente hábil para negociar, tanto que tinha representações inglesas de carros e de muitas outras coisas, chegando mesmo a ter um relacionamento com a realeza inglesa, foi condecorado *sir*...

Muito bem. Com a capacidade que ele tinha, a sua habilidade e competência para organizar empresas várias, inclusive a Ajax, ele conseguiu, como corretor de seguros, contas de grande expressão, como as da Siderúrgica Nacional, da Docas de Santos e do Banco do Brasil. Evidentemente, quando mudava o presidente da República, havia tentativas de excluir a Ajax desses negócios, para que fossem dados a outros corretores com interesses comerciais. Mas havia sempre muitas dificuldades. Até que um dia isso foi possível através do regime militar. Com que interesse? Claro que alegavam que o Celso da Rocha Miranda era um homem que tinha tudo isso por influência política de presidente da República, de ministro e tal. Como o Paulo Eugênio Newlands diz, não era assim. De qualquer maneira, em toda tentativa de retirá-lo dos negócios, usava-se esse argumento.

P. N. - Perfeito, concordo com o que o Paulo disse. Apenas gostaria de lembrar uma coisa que ele não mencionou: quando houve a verificação do negócio da Ajax na Companhia Siderúrgica Nacional, havia dois outros corretores além da Ajax. Acho que o Paulo pode dizer os nomes deles.

P. R. - A Ajax foi a primeira a entrar na Siderúrgica ainda na terraplanagem, fazendo programas para a laminação, para a coqueria, para a aciaria, o alto-forno, conseguindo, enfim, algo que não existia naquela época em técnica de seguros – chamava-se tarificação individual, quer dizer, uma tarificação específica para o segurado, e não uma tarificação normal do mercado. A Siderúrgica tinha, e a Ajax, com sua competência e equipe, conseguiu a tarificação individual.

Mas, muito tempo depois, com esse negócio de política, a própria Siderúrgica colocou um corretor para fazer o seguro de acidentes de trabalho – eu assisti a isso. A Ajax não atuava nessa área. Depois colocou-se um corretor para fazer seguro de dois ou três navios; a companhia tinha sete navios, e o seguro de dois navios foi dado a um determinado corretor. E assim foi aos poucos, até que um dia eu disse para mim mesmo: “Bom, a Ajax não é mais corretora de seguros da Siderúrgica.”

A. L. - E houve alguma outra companhia ou algumas companhias que ocuparam esse espaço deixado pela Ajax junto a essas grandes empresas?

P. N. - Houve algumas corretoras, sim. Quando a Ajax saiu do mercado, outras corretoras apareceram. Como a York Corretora de Seguros, que tem três pessoas: o Walter Xavier, que foi funcionário da Ajax; o Artur Candal da Fonseca, que era um menino que trabalhou na Companhia Boavista com o Roberto Boavista, onde eu o conheci; e o Roberto Rego, que era um dos donos, e que eu conheci menino de calça curta. Essa empresa, hoje, realmente tem possibilidades de mercado, porque a Ajax não está mais presente. Mas isso não quer dizer que não tenham entrado outras empresas. Eu, por exemplo, criei uma corretora: funcionei 28 anos com a Vale do Rio Doce, depois de sair da Ajax.

P. R. - É claro que eu me referi àquela Ajax de 1940, do nascimento da Ajax, a primeira corretora. Depois que a Ajax acabou, ou até ainda quando se iniciou o fim da Ajax, passou a haver outras corretoras de porte, como a York Corretora de Seguros, que hoje é uma corretora de altíssimo nível, de altíssima expressão! Tem três diretores: o Roberto Rego, o Walter Xavier e Artur Candal da Fonseca. Walter Xavier foi funcionário da Ajax. Temos hoje também uma outra corretora, já há bastante tempo, que é a Porto Nazareth, onde o Bessa trabalhou.

C. B. - Defato, eu trabalhei lá.

P. R. - Tem uma outra corretora chamada Power, em São Paulo, que é do Paulo Leão de Moura Júnior – curiosamente o nome Power reúne as iniciais *P*, de Paulo Leão de Moura, o *O*, de Otávio Guinle, o *W*, de Walter Xavier, e *R* de Roberto Rego. Depois eles se separaram. Roberto Rego e Walter Xavier possuem a corretora York. E o Paulo Leão de Moura Júnior ficou com a Power só com ele, sem o resto das pessoas. Hoje existem essas corretoras, com corretores brasileiros do maior nível, da qualidade da Ajax daquela ocasião.

A. L. - Mas elas se formam no espaço deixado pela Ajax depois que a companhia se desestruturou?

P. N. - Não foi bem assim, não. O que houve foi que a saída da Ajax praticamente deixou aberto o processo de disputa. Não havendo uma concorrente, as outras corretoras entraram normalmente no mercado, sem qualquer interferência da Ajax, estando ou não funcionando. Por exemplo, a Docas de Santos, depois da Ajax, passou a ser da corretora York.

A. L. - E a Siderúrgica Nacional?

P. R. - A Siderúrgica Nacional montou uma corretora própria chamada Sotecna – Sociedade Técnica de Corretagem Nacional.

A. L. - E o Banco do Brasil criou a sua própria área de seguros.

P. R. - Isso já são outros quinhentos. O caso Sotecna foi o seguinte: a Siderúrgica achou que o negócio de corretagem era bom e que devia ter uma corretora dela mesma. Certa vez, eu até disse: “Já que a Siderúrgica Nacional é uma empresa que faz tantos negócios a ponto de entender que deve ter uma corretora, por que não tem também um banco, uma vez que tem tanto dinheiro depositado no banco!? Enfim, por que ela não tem uma porção de empresas?” A finalidade da Siderúrgica é fabricar perfilados, chapas e perfilados. Mas montaram uma Sotecna, que era uma empresa corretora de seguros do próprio segurado! Bem, isso funcionou algum tempo, até que o governo resolveu privatizar algumas empresas e extinguir outras. E não privatizou a Sotecna, simplesmente a extinguiu.

C. B. - Fechou-a.

P. R. - Fechou a Sotecna, e a Siderúrgica passou a ter outro corretor ou outros corretores, nem sei mais. Há pouco tempo, privatizada a Siderúrgica, há corretores lá – acho que dois ou três – que cuidam dos seguros da empresa.

A. L. - E a Vale do Rio Doce, da qual o senhor foi corretor? A Ajax trabalhou com a Vale do Rio Doce?

P. N. - Em 1965, através do Banco do Brasil. O que houve foi um contrato de importação de locomotivas feito pela Vale do Rio Doce, no qual havia uma cláusula de obrigatoriedade de contratação de seguro. E a Vale não tinha feito esse seguro. Por quê? Porque a posição colocada frente ao Instituto de Resseguros do Brasil criou um custo altíssimo.

Como o contrato exigia isso e eu era o representante da Ajax junto ao Banco do Brasil, a carteira me solicitou que fizesse uma visita à Vale do Rio Doce para conversar com eles sobre o assunto. Eu fui procurar o superintendente, na época, o dr. Carlos Pereira Neto, que era um homem extraordinário, e ele me contou a história. Então fui ao IRB e consegui mostrar à d. Dulce Pacheco que a taxa era incompatível com a realidade do sistema operacional da Vale. A Vale não precisava ter o risco absoluto, precisava apenas do risco de perda total. Por quê? Porque ela tinha uma grande oficina capacitada a fazer reparos de emergência, ou reparos de batidas, ou de acidentes, como tinha também preço de custo de material, sem qualquer adicional, comprado diretamente do exterior. Então eu consegui, para a Vale do Rio Doce, a cobertura das locomotivas importadas por um preço muito menor do que realmente tinha sido exposto no momento. A partir daí, passei a ser chamado sistematicamente pelo dr. Carlos Pereira Neto.

Quando saí da Ajax, em 1969, fui a ele e disse que estava saindo da Ajax. Então ele me propôs: “Venha trabalhar comigo.” Eu respondi: “Não, eu quero continuar fazendo seguro.” “Então me indique três corretoras.” Eu indiquei a York, a própria Ajax e a Porto Nazareth. Levei os envelopes e entreguei ao dr. Carlos Pereira Neto. Ele me perguntou: “Qual delas você indica?” Eu peguei o envelope da Porto Nazareth e coloquei na sua frente: “Esta.” Porque era a mais barata., e naquele tempo havia um custo sobre o contrato de prestação de serviço. “Bom, vou fazer com a Porto Nazareth, mas o responsável é você. Se eu precisar de qualquer coisa, mando chamá-lo.” E foi assim. Quando saí da São Paulo, três anos depois, fui trabalhar com a Porto Nazareth. Em 1973, montei uma firma e fiz um contrato com a Vale.

A. L. - Eu gostaria que o senhor falasse agora sobre as mudanças promovidas pelo governo militar, não só o Decreto-Lei nº 73, de 1966, como outras mudanças que vão sendo feitas no mercado de corretoras e seguradoras no Brasil. Como isso impactou sobre a Ajax?

P. N. - O problema da Ajax foi consequência de uma posição assumida pelo Celso de não querer interferir na posição que o governo militar tinha assumido. E resolveu assumir a responsabilidade de tudo o que lhe fosse imputado, inclusive do próprio fechamento da Ajax. Ele decidiu transformar a Ajax em uma companhia de seguros que havia comprado em Belo Horizonte, e deu a direção ao seu irmão, Plácido da Rocha Miranda, junto com o Roberto Rondon, o Carlos Frederico Lopes da Motta e o Adolfo Bertochi.

A. L. - Mas eu pergunto o seguinte: pode-se fazer uma ligação entre o advento do Decreto-Lei nº 73, de 1966, e o fim da Ajax? Porque o mercado de seguros foi reformulado e, conseqüentemente, a Ajax não se adaptou e desapareceu.

P. N. - O Decreto nº 73 não teve qualquer influência sobre a posição que a Ajax havia assumido. Nenhuma, nenhuma, nenhuma! Pelo contrário! Para nós, era uma coisa simples, de uma lei regulamentar, que teríamos de cumprir. E isso a Ajax nunca deixou de cumprir, desde o Decreto-Lei nº 2.063, de 1940.

P. R. - E a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, sobre corretores.

P. N. - Então não houve qualquer interferência disso sobre o fechamento da Ajax. O fechamento da Ajax foi devido à posição que criaram em cima do Celso de que ele teria

usado de influência política para estar na posição em que se encontrava. O que não é verdade!

P. R. - Há também um outro aspecto da pergunta, relativo à influência da posição política do governo da revolução sobre o mercado de seguros.

P. N. - Não houve influência alguma, pelo contrário. Até que, quanto à parte da legislação, o Decreto-Lei nº 73 modificou alguma coisa de uma lei de 1940. Mas, na realidade, a posição do mercado, hoje, ainda é arcaica em termos de seguradoras. A legislação precisa ser mudada, o sistema precisa ser modificado, o regime não pode ser considerado um regime financeiro. Seguro é responsabilidade, não tem qualquer relação com o problema financeiro. Está tudo errado!

Por essa razão, sou a favor do que está previsto no capítulo IV do Sistema Financeiro Nacional da Constituição, que acaba com a forma operacional de bancos e companhias de seguros. Sou a favor da privatização do IRB. Acho que o IRB não deve ter mais uma posição de controle do mercado. Ele deve assumir uma posição apenas no Banco Central, para regulamentar ou acertar o problema da colocação de excedentes, para não haver exploração na colocação de dinheiro no exterior. Acabar-se-ia com a Susep, que iria para o Banco Central apenas para fiscalizar as áreas operacionais das companhias de seguros.

A. L. - O senhor acha, então, que a Susep deveria se tornar um setor dentro do Banco Central?

P. N. - A Susep não pode ser normativa porque ela não opera em seguros. Desculpe-me Paulo, mas estou sendo franco. Outra coisa: acho que a posição de mercado deve ser entregue à Federação das Empresas na forma de uma bolsa, como é feito em Londres. Por que a seguradora é obrigada a ceder ao IRB, se ela pode colocar diretamente no mercado na forma da reciprocidade? Não está certo, está errado!

P. R. - Com todo o respeito à opinião do Paulo Eugênio Newlands, eu não acho que a Susep deva ser um organismo embutido no Banco Central. Ele mesmo falou que o problema de seguros nada tem a ver com o problema financeiro. O Banco Central está no mercado para fiscalizar a atividade financeira e executar a política monetária. A Susep está aí para executar a política de seguros estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, o CNSP, e fiscalizar a atividade de seguros. A Susep, para mim, está para o mercado segurador assim como o Banco Central está para o mercado financeiro.

Aliás, quanto a esses dois organismos, eu informo o seguinte: nos Estados Unidos, como de resto em vários países, na Argentina, em toda a América do Sul, existem as superintendências de seguros. Nos Estados Unidos, cada estado tem a sua superintendência de seguros independente dos bancos centrais de cada país. Eu não vejo como, com todo o respeito pelo Paulo, juntar Superintendência de Seguros com Banco Central – isso para mim é superintendência bancária. Na minha opinião, uma coisa nada tem a ver com a outra. Desculpe-me, Paulo Eugênio.

A. L. - Essa área vai ser muito polêmica!

P. N. - Vai dar muita discussão. Mas eu quero dizer que me refiro à Susep pelo controle da aplicação dos excedentes, ou pelo controle da aplicação das reservas técnicas das seguradoras, que é feito pelo Banco Central. Quando há a liquidação de uma seguradora, é a Susep que faz. Mas onde está o dinheiro? Está no Banco Central. Então,

por que a Susep não vai fazer isso no Banco Central? Por que ser uma empresa independente? Por que ela faz regras normativas para o mercado, se ela não aceita risco? Não tem o menor sentido! Desculpe-me, Paulo, mas eu mantenho a minha posição.

Outra coisa: acho que a posição de mercado deve ser entregue a quem recebe o risco, a quem assume responsabilidade. A Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, a Fenaseg, está aí para isso: é só criar uma bolsa. Eu penso assim. Agora, a posição bancária é muito fácil, o artigo a ela referente está na Constituição.

A. L. - É o artigo 192.

P. N. - Exatamente, incisos 1 e 2. É isso o que tem de ser feito! Hoje, quando se entra num banco para fazer um depósito, o Bradesco, por exemplo, o primeiro esbarro que se dá é com a mesa de um corretor de seguros. Isso não está certo, porque não é técnico!

A. L. - Essa é uma área muito polêmica. Tenho certeza de que vamos encontrar as mais diversas opiniões – pessoas contra o IRB, pessoas a favor do IRB, pessoas contra a Susep, a favor da Susep –, bem como existem os debates sobre privatizar ou não.

P. R. - Contra ou a favor da Susep, porque ela executa mal ou executa bem, estou de acordo. Só acho que juntar a Susep com o Banco Central por causa da evasão de divisas não faz sentido.

C. B. - Depende não só de saber do ponto de vista de cada um, mas qual o fundamento. Sem dúvida, pode-se defender todas as posições. Mas há algumas coisas que são essenciais. Em primeiro lugar, vou falar de resseguro, por exemplo. Se resseguro ou seguro, que o governo não deve interferir, isso, do ponto de vista filosófico, é absolutamente correto. Mas existe uma coisa muito importante: há fronteiras, os países são diferentes, cada país tem uma economia, tem um ingresso de prêmios de seguros diferente. E cada um tem uma necessidade maior ou menor de reter o que produz no seu interior. Eu não falei em monopólio: para mim, trata-se de resseguro unificado. Já que todas as seguradoras são sócias do IRB, não é um monopólio: um monopólio de todas não é monopólio de ninguém. Além de fazer desenvolver o mercado de seguros, o que conseguiu fazer, isso ocorreu por uma razão fundamental: reter no Brasil os prêmios aqui produzidos, isto é, o preço que os brasileiros pagam por seguros que contratam.

Isso foi conseguido em uma medida que não existe em lugar algum do mundo! De todos os prêmios de seguros produzidos ao longo de 40 anos no Brasil, 96% a 97% ficaram retidos no país. O que sai do Brasil em termos de prêmios de seguros são as pontas... É muito simples dizer o que se deve fazer. Primeiro, haveria uma massa, porque as resseguradoras trabalham com uma massa muito grande de prêmios. Não pode haver ressegurador com massa muito pequena de prêmios. Então haveria lugar para três, quatro ou cinco resseguradoras diferentes para o mercado que temos, para uma produção de prêmios deste ou daquele tamanho, mas dividir 3% disso, talvez não seja interessante para ninguém. Eu pergunto: isso vai mudar o esquema? Para quê? Em favor de quê? Eu diria mais: em favor de quem? De quem for mais forte?

Sobre a Susep, é interessante dizer que, em certas circunstâncias, ela até pode ser um organismo que não funciona bem. Tem sido e pode continuar sendo. Mas é indispensável a existência, em qualquer país do mundo, de um organismo – que pode ser parte do Ministério do Comércio – regulador das operações de seguros, que fiscalize



e, mais do que isso, fiscalize a própria capacidade de as companhias de exercerem a sua função. Até em termos de taxação, nos Estados Unidos, se uma companhia for se instalar em um estado e afirmar que vai aplicar uma dada tarifa...

P. R. - E quem vai dizer isso é o Banco Central!?

C. B. - Eu entendo que a função do Banco Central seja completamente diferente. Se disserem que a Susep deve ser um organismo subordinado ao Ministério da Fazenda, ou ao Ministério do Trabalho, ou até ao Banco Central, tudo bem. Mas é um organismo independente das regras de fiscalização bancária ou do sistema financeiro. O fato do seguro estar subordinado ao sistema financeiro é apenas porque se considera uma função secundária, ou pelo menos adjetiva, dos prêmios de seguro, que é a formação de reservas e a aplicação no mercado de capitais, como sendo a função principal do seguro – o que não é. A função principal do seguro é dar segurança às pessoas, a toda a sociedade. Acessoriamente, como isso provoca o acúmulo de reservas, estas são aproveitadas e até direcionadas pelo governo para investimentos em áreas que sejam úteis para o país inteiro. E isso é controlado pelo Banco Central, como de resto as reservas de todos os fundos financeiros têm que ser controladas. Mas isso nada tem a ver com o controle do dia-a-dia de uma seguradora, o controle da sua capacidade retentiva. É completamente diferente.

A. L. - Para encerrar a entrevista, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre os corretores da Ajax, Carlos Motta e José Américo Péon de Sá, porque a idéia de entrevistá-lo surgiu da descoberta de que a Ajax havia sido um forno produtor de uma série de corretores que até hoje estão no mercado.

P. N. - A senhora me perguntou a posição de duas pessoas que participaram da Ajax. O Carlos Frederico Lopes da Motta foi levado para a Ajax pelo dr. Renato Archer, que o apresentou ao Celso, que naquela época estava precisando de um advogado para a área de regulação. Carlos Motta foi contratado para trabalhar na Ajax, começando o processo de pesquisa do funcionamento da Ajax, na área do Banco do Brasil, junto comigo. Há inclusive um fato que precisa ser dito. Houve um acidente com um navio no porto de Ilhéus, o navio emborcou e perdeu-se. Os empregados da empresa de navegação não tinham recebido salário, e o comandante não entregou o livro de bordo, então não poderia haver o processo de liquidação para o pagamento de indenização. O dr. Carlos Motta foi a Ilhéus, trouxe o comandante, trouxe o livro, fez o registro em cartório, e foi possível dar andamento ao processo contra a Empresa de Seguros do Brasil. Então ele começou na Ajax.

José Américo Péon de Sá, meu bom amigo José Américo, hoje tem uma firma de processamento. Quando ele saiu da Ajax, saíram também o Jaime Meneses e o meu irmão, Luís Fernando Newlands, e fundaram a Delphos, que não é uma empresa de corretagem, mas de processamento de dados. Depois meu irmão fundou uma firma própria, restando na Delphos o José Américo e o Jaime Meneses. Mas José Américo é uma pessoa muito boa, muito inteligente, muito capaz.

A. L. - O que eles ganharam sendo membros da Ajax?

P. N. - Ganharam uma coisa muito importante para o mercado: a experiência que a companhia tinha em termos de relacionamento com os segurados.

A. L. - Para concluir, o senhor diria que, hoje, o mercado de corretoras de seguros combina corretoras brasileiras com corretoras estrangeiras mais ou menos meio a meio?

P. N. - Não posso lhe dar essa posição, porque estou afastado do mercado desde 1973. Mas acredito que não. Existem companhias brasileiras, por exemplo, a York Corretora de Seguros, que hoje tem a representação...

C. B. - É associada.

P. N. - Associada com a Willis Faber, que foi uma das maiores corretoras com a qual nós tivemos também o prazer de trabalhar na época em que houve a colocação de riscos no mercado externo. Mas eles são muito bons.

A. L. - Há alguma coisa que o senhor gostaria de deixar mencionada antes de concluirmos a entrevista?

P. N. - Eu gostaria que o seu trabalho continuasse, e que a senhora pudesse nos dar as informações que normalmente não temos, que é uma informação global de mercado. Isso é muito importante para área de corretagem. E, principalmente, dados e informações que possam servir à Fundação Escola Nacional de Seguros na preparação de pessoas habilitadas a operar no mercado.

A. L. - Resta-me agradecer ao senhor Paulo Newlands pela contribuição que nos deu para a reconstrução da história dos seguros no Brasil. E também agradecer a participação dos senhores Paulo Ribeiro e Carlos Bessa nesta entrevista.

[FINAL DO DEPOIMENTO]